



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

# PLANO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA (PAINT) EXERCÍCIO DE 2014

Belo Horizonte, 25 de novembro de 2013



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

### SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

#### I.Unidade Gestora:

070014 – Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais

#### II.Pressupostos de Auditoria

Na aplicação do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna, serão observados:

- a) oportunidade de realização dos exames (mudanças nas políticas e planos do próprio órgão);
- b) alternativas de trabalho, caso o procedimento indicado prioritariamente no plano não seja o mais apropriado para realização naquela oportunidade;
- c) definição do escopo do trabalho, equipe, cronograma e roteiro básico para pré-auditoria;
- d) aprovação formal da Direção Geral para início dos trabalhos.

#### III.Tipos de auditoria previstos:

- a) Auditoria operacional – AOp
- b) Auditoria de regularidade – ARg



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

### SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

A execução de Auditorias Especiais dependerá da necessidade do atendimento a determinações superiores ou da necessidade de acompanhamento e avaliação específica das unidades, nas situações em que as auditorias operacional e de regularidade não forem suficientes ou não se revelarem as mais adequadas para o exame pretendido.

#### IV. Forma de auditoria:

Auditoria Direta (AD), realizada com a utilização de servidores em exercício na Coordenadoria de Controle de Gestão e Auditoria.

#### V. Objeto do exame de auditoria:

- a) Os processos de licitação, sua dispensa ou inexigibilidade (arts. 24 e 25, da Lei nº 8.666/1993);
- b) Os contratos firmados para fornecimento de materiais e prestação de serviços;
- c) Acompanhamento da destinação e uso de bens de qualquer natureza, em face dos argumentos que justificaram sua aquisição;
- d) Conferência dos levantamentos anuais dos bens móveis, imóveis e de consumo;
- e) Aferição da regularidade das horas-extras pagas a servidores efetivos, cedidos e requisitados do interior;
- f) Apreciação da regularidade dos processos de concessão de diária;
- g) Verificação dos atos de admissão e desligamento de pessoal, concessão de vantagens pessoais, adicionais de qualificação, progressão e promoção funcional, averbação de tempo de serviço, abono permanência, licença capacitação, aposentadorias e pensões;



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

### SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

- h) Conferência, por amostragem, dos valores e cálculos contidos nas folhas de pagamento dos servidores ativos, inativos, pensionistas, requisitados da capital e interior, promotores e juízes eleitorais, certificando a sua regularidade;
- i) A verificação do cumprimento da legislação pertinente;
- j) O exame independente e objetivo da economicidade, eficiência, eficácia e efetividade da ação do gestor, com a finalidade de promover o aperfeiçoamento da gestão pública.

#### VI. Abrangência de atuação:

Atividades de gestão das unidades auditadas, programas de trabalho, recursos e sistemas de controle administrativo, operacional e contábil, atuando concomitante e posteriormente aos atos de gestão.

#### VII. Local:

Edifício sede do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (Av. Prudente de Moraes, 100, Cidade Jardim – Belo Horizonte/MG); Edifício Anexo (Av. Prudente de Moraes, 320, Cidade Jardim – Belo Horizonte/MG), Centro de Apoio (BR 040, km 2,5, Bairro Água Branca – Contagem/MG) e demais imóveis ocupados pelo Tribunal ou Zonas Eleitorais.



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

### SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

#### VIII. Alocação de recursos e distribuição de tarefas:

- a) Disponibilidade de recursos – serão utilizados os recursos humanos e materiais disponíveis na Coordenadoria de Controle de Gestão e Auditoria;
- b) Estimativa de custos da auditoria – não há custos extraordinários estimados, em razão da aplicação de recursos materiais e humanos ordinariamente utilizados nas atividades de rotina da Coordenadoria;
- c) Formação das equipes – As atividades de auditoria serão desempenhadas pelos servidores da Coordenadoria de Controle de Gestão e Auditoria, incumbindo a supervisão das atividades de campo aos titulares da Secretaria e Coordenadoria (SCI e CCG, respectivamente).

#### IX. Procedimentos de auditoria

Na execução das auditorias previstas serão observadas as normas emanadas do Tribunal de Contas da União, do Conselho Nacional de Justiça, do Tribunal Superior Eleitoral, as Normas Brasileiras para o Exercício da Auditoria Interna do Instituto dos Auditores Internos do Brasil, bem como, quando aplicáveis, as normas de auditoria do Conselho Federal de Contabilidade.



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

### SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

#### X. Técnicas de auditoria por amostragem

Conforme as técnicas usualmente empregadas no serviço público, a auditoria será, preferencialmente, realizada com base em seleção de amostras representativas, obtidas mediante a aplicação de critérios de materialidade, relevância e risco, ou ainda, amostragem aleatória simples, exploratória, por estratificação ou por intervalo.

#### XI. Execução do trabalho de auditoria

Serão utilizados os programas de auditoria consignados nos papéis de trabalho – base para a fundamentação da opinião do auditor, das informações, apontamentos, provas e descrições dos serviços executados.

Todo o trabalho de auditoria será supervisionado – com a finalidade de assegurar que os procedimentos definidos estão sendo seguidos para a consecução dos objetivos propostos –, mediante o acompanhamento permanente dos serviços em execução, revisão periódica dos papéis de trabalho, encaminhamento dos serviços, discussão e pesquisa de dúvidas e leitura de material técnico, entre outros.

O controle da realização do trabalho será exercido de forma a possibilitar seu encerramento no tempo previsto, ao modo em que foi planejado.

O controle visará, ainda, à adoção de eventuais medidas corretivas que se façam necessárias, bem como à flexibilização do planejamento realizado, com vistas à readequação de procedimentos para os fins propostos.



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

### SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

#### XII. Audiência prévia com as áreas auditadas

Findo o trabalho de campo, ocorrerá a discussão, antecipada à emissão do relatório de auditoria, de todos os aspectos que mereçam atenção por parte da área auditada, objetivando-se colher subsídios para o relatório e sanar as falhas detectadas.

#### XIII. Emissão do relatório de auditoria

Após a discussão prévia com os interessados das constatações e observações decorrentes do trabalho, será emitido o relatório de auditoria, observados os critérios de precisão, concisão, clareza e oportunidade.

O relatório de auditoria terá por finalidade o fornecimento à Diretoria-Geral de todos os fatos pertinentes e significativos de que necessite para a tomada de providências necessárias à correção de eventuais falhas ou desvios detectados na auditoria.

#### XIV. Acompanhamento de providências e respostas

O relatório de auditoria recomendará a tomada de providências com relação a determinados quesitos auditados, indicará critérios a serem observados no encaminhamento de justificativa ou ciência das providências adotadas, preocupando-se com os seguintes fatores:



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

### SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

- a) Identificação dos responsáveis pela adoção de providências solicitadas;
- b) Resposta a aspectos que necessitem de retorno;
- c) Acompanhamento das providências solicitadas, a serem reportadas na época específica para esse fim, evidenciando a atuação administrativa para eliminação das falhas ou correção das irregularidades, bem como alterações efetuadas nos controles internos.

A seguir, o detalhamento do Plano Anual das Atividades de Auditoria Interna programadas para o exercício de 2014.





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS**  
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

ÁREA/ATIVIDADE A SER AUDITADA	ÓRGÃO AUDITOR	TIPO DE AUDITORIA	PROCEDIMENTO DE AUDITORIA	OBJETIVO	PREVISÃO DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS
1. SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA					
1.1. Avaliação da gestão de compras e contratações, conforme item 6, do Anexo IV – Quadro 1, da DN TCU n.º 132, de 02/10/2013.	SACON CCG	ARg	<p>Análise através da utilização das seguintes técnicas de auditoria:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• exame documental</li> <li>• exame dos registros nos sistemas SIAFI e ASIWEB;</li> <li>• análise das contas contábeis;</li> <li>• questionários;</li> <li>• circularizações;</li> <li>• correlação das informações obtidas;</li> <li>• revisão analítica.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Avaliar, por amostragem, a regularidade dos processos licitatórios, dispensa e inexigibilidade, identificando o objeto, motivação, modalidade, fundamentação e valor, a formalização do contrato ou de qualquer dos instrumentos legais que o substituam.</li> <li>• Verificar a aderência aos critérios de sustentabilidade nas aquisições de bens e contratações de serviços e obras, nos termos do item 6, do Anexo III – Quadro 1, da DN TCU n.º 132, de 02/10/2013,</li> <li>• Avaliar a qualidade dos controles internos administrativos relacionados à atividade de compras e contratações.</li> </ul>	Janeiro a abril



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS**  
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

ÁREA/ATIVIDADE A SER AUDITADA	ÓRGÃO AUDITOR	TIPO DE AUDITORIA	PROCEDIMENTO DE AUDITORIA	OBJETIVO	PREVISÃO DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS
1.2 Procedimentos de contratações diretas (arts. 24, incs. I e II da Lei n. 8.666/1993).	SACON CCG	ARg	<p>Análise através da utilização das seguintes técnicas de auditoria:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• exame documental</li> <li>• exame dos registros nos sistemas SIAFI e ASIWEB;</li> <li>• questionários;</li> <li>• circularizações;</li> <li>• correlação das informações obtidas;</li> <li>• revisão analítica.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Avaliar, por amostragem, os procedimentos administrativos em momento posterior à contratação, sua formalização e a execução do contrato ou de qualquer dos instrumentos legais que o substitua, bem como de fornecimento do objeto ou prestação do serviço, nos termos da Portaria nº 013 de 20/01/2009 da Presidência do Tribunal;</li> <li>• Verificar aquisições sem a observância do procedimento licitatório exigidos em lei, que possam configurar o fracionamento de despesa.</li> </ul>	Janeiro a dezembro



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS**  
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

ÁREA/ATIVIDADE A SER AUDITADA	ÓRGÃO AUDITOR	TIPO DE AUDITORIA	PROCEDIMENTO DE AUDITORIA	OBJETIVO	PREVISÃO DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS
1.3 Verificação do relatório de inventário anual dos bens permanentes e de consumo, verificando a existência, os registros e regularização de possíveis inconformidades.	SACON CCG	ARg	<p>Análise através da utilização das seguintes técnicas de auditoria:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• exame documental;</li> <li>• inspeção física;</li> <li>• exame dos registros nos sistemas ASIWEB, SIAFI e SPIUNET;</li> <li>• conciliações;</li> <li>• análise das contas contábeis.</li> </ul>	Verificar a compatibilidade entre o controle patrimonial realizado pelo setor competente e os registros constantes do Sistema de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI e do sistema ASIWEB.	Dependerá da conclusão dos trabalhos da comissão de inventário
1.4 Avaliação da concessão de auxílio-alimentação aos mesários – Eleições 2014.	SACON CCG	Arg	<p>Análise através da utilização de técnicas de auditoria:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Exame dos documentos originais;</li> <li>• Exame dos registros auxiliares;</li> <li>• Correlação das informações obtidas;</li> <li>• Investigação minuciosa</li> </ul>	Avaliar os procedimentos relativos à contratação após sua formalização e a execução do contrato, ou de qualquer dos instrumentos legais que o substituam, bem como verificar, por amostragem, as prestações de contas relativas ao fornecimento do benefício alimentação aos mesários.	Outubro a dezembro



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS**  
**SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA**

ÁREA/ATIVIDADE A SER AUDITADA	ÓRGÃO AUDITOR	TIPO DE AUDITORIA	PROCEDIMENTO DE AUDITORIA	OBJETIVO	PREVISÃO DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS
1.5 Continuidade e conclusão de monitoramento, iniciado em 2013, das recomendações feitas em Relatório de Auditoria (SADP 77.832/2009) relativas a Controle de Estoque – armazenamento (material de consumo)	SAUDI CCG	AOp	Utilização de papéis de trabalho de Auditoria específicos para análise dos procedimentos, mediante as técnicas: <ul style="list-style-type: none"><li>• exame físico;</li><li>• exame dos documentos originais;</li><li>• exame dos registros auxiliares;</li><li>• entrevista;</li><li>• correlação das informações obtidas;</li><li>• observação das atividades e condições;</li><li>• investigação minuciosa.</li></ul>	Verificar o cumprimento e implementação das recomendações feitas aos setores envolvidos em auditoria realizada, relativamente a aferição das condições de armazenagem e preservação quantitativa e qualitativa dos bens móveis, classificados contabilmente como materiais de consumo, e sua distribuição.	Janeiro a maio



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS**  
**SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA**

ÁREA/ATIVIDADE A SER AUDITADA	ÓRGÃO AUDITOR	TIPO DE AUDITORIA	PROCEDIMENTO DE AUDITORIA	OBJETIVO	PREVISÃO DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS
1.6 Gestão do controle de estoque de Material Permanente do TREMG	SAUDI CCG	AOp	Utilização de papéis de trabalho de auditoria específicos para análise dos procedimentos, mediante as técnicas: <ul style="list-style-type: none"><li>• inspeção física;</li><li>• exame documental;</li><li>• observação;</li><li>• conferência de cálculos;</li><li>• entrevista;</li><li>• circularização;</li><li>• conciliações;</li><li>• análise de contas contábeis;</li><li>• revisão analítica.</li></ul>	Verificar os níveis de eficiência e adequação de controles internos dos setores envolvidos com o recebimento, guarda, distribuição, recolhimento e controle do estoque de materiais permanentes (bens patrimonizados).	Junho a setembro



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS**  
**SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA**

ÁREA/ATIVIDADE A SER AUDITADA	ÓRGÃO AUDITOR	TIPO DE AUDITORIA	PROCEDIMENTO DE AUDITORIA	OBJETIVO	PREVISÃO DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS
2. SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS					
2.1 Verificar a ocorrência de transferências mediante convênio, contrato de repasse, termos de parceria, de cooperação, de compromisso ou outros acordos, ajustes de congêneres vigentes no exercício, conforme item 5, do Anexo IV – Quadro 1, da DN TCU n.º 132, de 2/10/2013.	SACON CCG	Arg	Avaliação das transferências mediante as técnicas: <ul style="list-style-type: none"><li>• Exame de processos;</li><li>• Correlação das informações obtidas;</li><li>• Verificação os registros nos sistemas específicos;</li><li>• Investigação minuciosa.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Avaliar se os instrumentos reuniam os requisitos afins com os objetivos da ação do gestor; fiscalizar a execução do objeto da avença, inclusive quanto à utilização de verificações físicas e presenciais, bem como analisar a prestação de contas dos convenientes ou contratados;</li><li>• Verificar a suficiência das estruturas de pessoal e tecnológica para a gestão das transferências;</li><li>• Verificar a estrutura dos controles das unidades concedente e contratante.</li></ul>	Janeiro a março



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS**  
**SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA**

ÁREA/ATIVIDADE A SER AUDITADA	ÓRGÃO AUDITOR	TIPO DE AUDITORIA	PROCEDIMENTO DE AUDITORIA	OBJETIVO	PREVISÃO DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS
2.2. Análise da composição e registros do passivo da entidade nas contas: 21211.11.00; 21212.11.00; 21213.11.00; 21215.11.00 e 21219.22.00, conforme item 7, do Anexo IV – Quadro 1, da DN TCU n.º 132, de 02/10/2013.	SACON CCG	Arg	Análise através da utilização das seguintes técnicas de auditoria: <ul style="list-style-type: none"><li>• exame documental;</li><li>• exame dos registros no SIAFI;</li><li>• análise das contas contábeis;</li><li>• conciliações;</li><li>• questionários;</li><li>• correlação das informações obtidas.</li></ul>	Verificar a existência de passivos sem prévia previsão orçamentária de créditos ou de recursos, avaliando a correção do cálculo do valor provisionado, as causas dos registros e as medidas adotadas para minimizar a ocorrência desses passivos.	Janeiro a março
2.3 Avaliação da gestão da renúncia tributária, conforme item 10, do Anexo IV – Quadro 1, da DN TCU n.º 132, de 02/10/2013.	SACON CCG	Arg	Avaliação dos procedimentos mediante as técnicas: <ul style="list-style-type: none"><li>• Exame de processos de</li><li>• Verificação dos registros no SIAFI</li><li>• Observação;</li><li>• Investigação minuciosa.</li></ul>	Avaliar a gestão das renúncias tributárias, verificando se todas as renúncias foram declaradas conforme as normas vigentes, bem como a estrutura de controles e as respectivas prestações de contas	Janeiro a março



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS**  
**SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA**

ÁREA/ATIVIDADE A SER AUDITADA	ÓRGÃO AUDITOR	TIPO DE AUDITORIA	PROCEDIMENTO DE AUDITORIA	OBJETIVO	PREVISÃO DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS
2.4 Avaliação da Concessão Benefício de Alimentação de mesários – Eleições 2014	SACON CCG	Arg	Avaliação das concessões de suprimento de fundos utilizados pelo Tribunal e prestação de contas, mediante as técnicas: <ul style="list-style-type: none"><li>• Exame de processos de concessão;</li><li>• Verificação dos registros no SIAFI</li><li>• Observação;</li><li>• Investigação minuciosa.</li></ul>	Verificar, por amostragem, a regularidade da concessão do benefício alimentação aos mesários no pleito de 2014 e os respectivos registros no SIAFI	Outubro a dezembro





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS**  
**SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA**

ÁREA/ATIVIDADE A SER AUDITADA	ÓRGÃO AUDITOR	TIPO DE AUDITORIA	PROCEDIMENTO DE AUDITORIA	OBJETIVO	PREVISÃO DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS
3. SECRETARIA DE GESTÃO DE SERVIÇOS					
3.1 Verificação do patrimônio imobiliário do TREMG, conforme item 9, do Anexo IV – Quadro 1 da DN TCU n.º 132, de 02/10/2013.	SACON CCG	Arg	Análise através da utilização de técnicas de auditoria: <ul style="list-style-type: none"><li>• Exame dos documentos originais;</li><li>• Exame dos registros auxiliares;</li><li>• Correlação das informações obtidas;</li><li>• Investigação minuciosa</li></ul>	Avaliar a gestão do patrimônio imobiliário do TREMG, com ênfase na correção dos registros contábeis, à estrutura tecnológica e de pessoal para administrar os imóveis, bem como a qualidade dos controles internos administrativos para gerir o patrimônio.	Fevereiro a maio



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS**  
**SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA**

ÁREA/ATIVIDADE A SER AUDITADA	ÓRGÃO AUDITOR	TIPO DE AUDITORIA	PROCEDIMENTO DE AUDITORIA	OBJETIVO	PREVISÃO DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS
3.2 Monitoramento das recomendações feitas em Relatório de Auditoria (SADP 37.116/2010) relativas a administração da segurança interna na Secretaria do TREMG.	SAUDI CCG	AOp	Utilização de papéis de trabalho de Auditoria específicos para análise dos procedimentos, mediante as técnicas: <ul style="list-style-type: none"><li>• exame físico;</li><li>• exame dos documentos originais;</li><li>• exame dos registros auxiliares;</li><li>• entrevista;</li><li>• correlação das informações obtidas;</li><li>• observação das atividades e condições;</li><li>• investigação minuciosa.</li></ul>	Verificar o cumprimento e implementação das recomendações feitas aos setores envolvidos em auditoria realizada, relativamente aos níveis de eficiência na segurança patrimonial nos imóveis ocupados pela Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais.	Outubro a dezembro



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS**  
**SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA**

ÁREA/ATIVIDADE A SER AUDITADA	ÓRGÃO AUDITOR	TIPO DE AUDITORIA	PROCEDIMENTO DE AUDITORIA	OBJETIVO	PREVISÃO DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS
4. SECRETARIAS DE GESTÃO SERVIÇOS E ADMINISTRATIVA					
4.1 Avaliação dos serviços continuados com cessão de mão de obra contratados pelo Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais após a vigência da Resolução TSE n.º 23.234/2010 e legislação correlata.	SACON CCG	Arg	Análise através da utilização das seguintes técnicas de auditoria: <ul style="list-style-type: none"><li>• exame documental;</li><li>• exame dos registros no SIAFI;</li><li>• análise das contas contábeis;</li><li>• conciliações;</li><li>• conferência de cálculos;</li><li>• questionários;</li><li>• circularizações;</li><li>• correlação das informações obtidas;</li><li>• revisão analítica.</li></ul>	Verificar, por amostragem, se as contratações de serviços continuados com cessão de mão de obra, se encontram em consonância com as regras e diretrizes previstas na Resolução TSE n.º 23.234/2010 e Resolução n.º 98/2009 – CNJ.	Janeiro a dezembro



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS**  
**SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA**

ÁREA/ATIVIDADE A SER AUDITADA	ÓRGÃO AUDITOR	TIPO DE AUDITORIA	PROCEDIMENTO DE AUDITORIA	OBJETIVO	PREVISÃO DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS
4.2 Avaliação das contratações de telefonia no âmbito deste TRE/MG – exercícios 2010/2013	SACON CCG	Arg	Análise através da utilização das seguintes técnicas de auditoria: <ul style="list-style-type: none"><li>• exame documental;</li><li>• exame dos registros no SIAFI;</li><li>• análise das contas contábeis; conferência de cálculos;</li><li>• circularizações;</li><li>• correlação das informações obtidas;</li><li>• Revisão analítica.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Verificar, por amostragem, a regularidade das contratações de serviços de telefonia;</li><li>• Verificar, por amostragem, as prestações de contas dos diversos setores e zonas eleitorais deste Tribunal.</li></ul>	Agosto a outubro



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS**  
**SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA**

ÁREA/ATIVIDADE A SER AUDITADA	ÓRGÃO AUDITOR	TIPO DE AUDITORIA	PROCEDIMENTO DE AUDITORIA	OBJETIVO	PREVISÃO DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS
5. SECRETARIAS DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E DE ORÇAMENTO E FINANÇAS					
5.1 Avaliação dos procedimentos de depreciação dos bens permanentes.	SACON CCG	ARg	Análise através da utilização das seguintes técnicas de auditoria: <ul style="list-style-type: none"><li>• exame documental;</li><li>• exame dos registros nos sistemas ASIWEB e SIAFI;</li><li>• análise das contas contábeis,</li><li>• conciliações;</li><li>• conferência de cálculos;</li><li>• questionário;</li><li>• Correlação das informações obtidas.</li></ul>	Avaliar a rotina do procedimento de depreciação, os critérios adotados, bem como o atendimento às normas atinentes ao tema.	Julho a setembro



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS**  
**SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA**

ÁREA/ATIVIDADE A SER AUDITADA	ÓRGÃO AUDITOR	TIPO DE AUDITORIA	PROCEDIMENTO DE AUDITORIA	OBJETIVO	PREVISÃO DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS
5.2 Atividades de rotina  Exame da totalidade dos processos referentes a concessão de diárias e indenização de transporte (análise posterior à realização da despesa)	CCG SAUDI	ARg	Verificação dos dados disponíveis no PAD e no SED e confrontação dos procedimentos com as normas que regem a matéria. Exame da motivação dos atos de concessão.	Assegurar-se de que, em relação às concessões de diárias e indenização de transporte, os procedimentos adotados têm observado os princípios gerais que regem a Administração Pública, especialmente os da legalidade e economicidade.	Janeiro a dezembro



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS**  
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

ÁREA/ATIVIDADE A SER AUDITADA	ÓRGÃO AUDITOR	TIPO DE AUDITORIA	PROCEDIMENTO DE AUDITORIA	OBJETIVO	PREVISÃO DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS
6. SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS					
6.1 Folha de pagamento – auxílio-transporte intermunicipal – servidores efetivos; requisitados ocupantes de função comissionada ou cargo comissionado; requisitados pertencentes à administração pública federal direta, autárquica ou fundacional; em exercício provisório nos Tribunais Eleitorais; removidos para outro Tribunal Eleitoral; ocupantes de cargo em comissão, sem vínculo efetivo com a Administração Pública.	CCG SAUDI	ARg	Utilização do Papel de Trabalho de Folha de Pagamento Auxílio-Transporte Intermunicipal e aplicação das técnicas: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Exame dos bilhetes ou comprovantes de utilização de transporte regular rodoviário intermunicipal seletivo ou especial;</li> <li>• Conferência de cálculos;</li> <li>• Exame de escrituração;</li> <li>• Exame dos registros auxiliares;</li> <li>• Correlação das informações obtidas;</li> <li>• Observação;</li> <li>• Investigação minuciosa.</li> </ul>	Assegurar-se de que, em relação aos atos de pessoal, os procedimentos adotados têm observado os princípios gerais que regem a Administração Pública, especialmente os da legalidade e economicidade, assim como se há consistência entre o conteúdo dos bilhetes ou comprovantes apresentados pelos servidores que utilizam transporte intermunicipal e o cadastro no sistema SGRH –base de dados e módulos das Folhas de Pagamento e de Gestão.	Janeiro a março



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS**  
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

ÁREA/ATIVIDADE A SER AUDITADA	ÓRGÃO AUDITOR	TIPO DE AUDITORIA	PROCEDIMENTO DE AUDITORIA	OBJETIVO	PREVISÃO DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS
6.2 Atos de requisição de pessoal efetuados pelo Tribunal Regional de Minas Gerais – TRE/MG	CCG SAUDI	ARg	<p>Utilização do Papel de Trabalho e aplicação das seguintes técnicas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Exame da regularidade dos atos de requisição de servidores por parte da Justiça Eleitoral;</li> <li>• Exame do cadastro no sistema SGRH – base de dados e módulo de Gestão;</li> <li>• Exame dos assentamentos funcionais dos servidores colocados a disposição do TRE/MG;</li> <li>• Exame dos registros auxiliares;</li> <li>• Correlação das informações examinadas;</li> <li>• Observação;</li> <li>• Investigação minuciosa.</li> </ul>	Assegurar-se de que, em relação aos atos de pessoal, os procedimentos adotados têm observado a jurisprudência do Tribunal de Contas da União e os princípios gerais que regem a Administração Pública, especialmente os constitucionais da legalidade, impessoalidade e moralidade, assim como se há justificativa acerca da necessidade da requisição; requisição ou prorrogação da requisição apenas de pessoas com vínculo efetivo com a Administração Pública; relação entre as atividades desenvolvidas pelo servidor no órgão de origem e aquelas a serem desempenhadas no serviço eleitoral; abstenção de designação de servidores requisitados para ocupar a função de chefe de cartório eleitoral (seja na condição de efetivo ou substituto); requisição ou prorrogação de requisição com prazo determinado nos termos da legislação afeta a matéria.	Fevereiro a outubro





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS**  
**SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA**

ÁREA/ATIVIDADE A SER AUDITADA	ÓRGÃO AUDITOR	TIPO DE AUDITORIA	PROCEDIMENTO DE AUDITORIA	OBJETIVO	PREVISÃO DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS
6.3 Continuidade e conclusão de Auditoria, iniciada em 2013, na prestação de assistência médica realizada no TREMG.	SAUDI CCG	AOp	Utilização de papéis de trabalho de Auditoria específicos para análise dos procedimentos, mediante as técnicas: <ul style="list-style-type: none"><li>• exame físico;</li><li>• exame dos documentos originais;</li><li>• exame dos registros auxiliares;</li><li>• entrevista;</li><li>• correlação das informações obtidas;</li><li>• observação das atividades e condições;</li><li>• investigação minuciosa.</li></ul>	Avaliar a eficiência, efetividade e eficácia na prestação de assistência médica realizada no TREMG, identificando boas práticas que induzam a melhoria das condições de saúde dos servidores, de forma que estejam aptos física e mentalmente para o exercício de suas funções na Casa.	Janeiro a maio



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS**  
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

ÁREA/ATIVIDADE A SER AUDITADA	ÓRGÃO AUDITOR	TIPO DE AUDITORIA	PROCEDIMENTO DE AUDITORIA	OBJETIVO	PREVISÃO DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS
<p>6.4 Atividades de rotina</p> <p>a) Análise prévia da legalidade e regularidade dos atos da Administração, relacionados a direitos dos servidores, com emissão de pareceres: licença para capacitação, adicional de qualificação por ações de treinamento, adicional de qualificação decorrente de cursos de pós-graduação, licença-prêmio (concessão e conversão em pecúnia), concessão de quintos, concessão de adicional por tempo de serviço, ajuda de custo, nomeação de candidatos (concurso público), promoção e progressão funcional, reconhecimento de dívidas de exercícios anteriores, isenção de Imposto de Renda, abono de permanência, dentre outros.</p>	CCG SAUDI	ARg	<p>Trabalhos envolvendo pesquisa da legislação, jurisprudência e doutrina pertinentes, bem assim a discussão da matéria entre os servidores lotados na Seção. Consulta aos sistemas disponíveis para pesquisa (SGRH e outros).</p> <p>Aplicação das técnicas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Conferência de cálculos;</li> <li>• Exame dos registros auxiliares;</li> <li>• Correlação das informações obtidas;</li> <li>• Observação;</li> <li>• Investigação minuciosa.</li> </ul>	Assegurar-se de que, em relação aos atos de pessoal, os procedimentos adotados têm observado os princípios gerais que regem a Administração Pública, especialmente os da legalidade e economicidade.	Janeiro a dezembro



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS**  
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

ÁREA/ATIVIDADE A SER AUDITADA	ÓRGÃO AUDITOR	TIPO DE AUDITORIA	PROCEDIMENTO DE AUDITORIA	OBJETIVO	PREVISÃO DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS
b) Exame, por amostragem, das folhas de pagamento (análise posterior à realização da despesa);	CCG SAUDI	ARg	Aplicação das técnicas: <ul style="list-style-type: none"><li>• Conferência de cálculos;</li><li>• Exame dos registros auxiliares;</li><li>• Correlação das informações obtidas;</li><li>• Observação;</li><li>• Investigação minuciosa.</li></ul>	Assegurar-se de que, em relação aos atos de pessoal, os procedimentos adotados têm observado os princípios gerais que regem a Administração Pública, especialmente os da legalidade e economicidade.	Janeiro a dezembro



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS**  
**SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA**

ÁREA/ATIVIDADE A SER AUDITADA	ÓRGÃO AUDITOR	TIPO DE AUDITORIA	PROCEDIMENTO DE AUDITORIA	OBJETIVO	PREVISÃO DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS
c) Exame dos processos relativos a concessão de aposentadoria, pensão e admissão de servidores;	CCG SAUDI	ARg	Consulta à legislação pertinente, análise dos dados e conferência dos cálculos constantes dos processos de aposentadoria e pensão (tempo de contribuição, valores dos proventos pensão), com emissão de parecer. Análise dos dados referentes aos processos de admissão de servidores para anotações de praxe.	Assegurar-se de que, em relação aos atos de pessoal, os procedimentos adotados têm observado os princípios gerais que regem a Administração Pública, especialmente os da legalidade e economicidade.	Janeiro a dezembro
d) Exame dos atos cadastrados no SISAC/NET - Sistema de Avaliação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (TCU): Aposentadoria, pensão e admissão de servidores;	CCG SAUDI	ARg	Conferência dos atos, comparando as informações com os dados constantes dos processos de concessão de aposentadoria, pensão e admissão de servidores. Emissão de parecer no sistema SISAC/NET, sobre a legalidade do ato.	Assegurar-se de que, em relação aos atos de pessoal, os procedimentos adotados têm observado os princípios gerais que regem a Administração Pública, especialmente os da legalidade e economicidade.	Janeiro a dezembro



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS**  
**SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA**

ÁREA/ATIVIDADE A SER AUDITADA	ÓRGÃO AUDITOR	TIPO DE AUDITORIA	PROCEDIMENTO DE AUDITORIA	OBJETIVO	PREVISÃO DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS
e) Exame dos atos referentes a desligamento de servidores (processo à parte, fora do SISAC/NET, visto que este sistema não contém o módulo correspondente para a emissão do parecer da Unidade de Controle Interno. A Unidade de Pessoal se responsabiliza pelo envio do ato ao TCU, via SISAC/NET);	CCG SAUDI	ARg	Conferência dos dados e anotações de praxe.	Assegurar-se de que, em relação aos atos de pessoal, os procedimentos adotados têm observado os princípios gerais que regem a Administração Pública, especialmente os da legalidade e economicidade.	Janeiro a dezembro



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS**  
**SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA**

ÁREA/ATIVIDADE A SER AUDITADA	ÓRGÃO AUDITOR	TIPO DE AUDITORIA	PROCEDIMENTO DE AUDITORIA	OBJETIVO	PREVISÃO DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS
6.5 Avaliações passíveis de serem contempladas no Relatório de Auditoria de Gestão (Item 4 do Quadro 1 do Anexo IV à Decisão Normativa TCU nº 132, de 02 de outubro de 2013)	CCG SAUDI	ARg	Consulta aos dados disponíveis na Unidade de Controle Interno e crítica às informações prestadas pela Unidade de Pessoal do TREMG.	Avaliação da gestão de pessoas, contemplando os seguintes itens: a) adequabilidade da força de trabalho da unidade frente às suas atribuições; b) observância da legislação sobre admissão, remuneração, cessão e requisição de pessoal, bem como, se for o caso, sobre concessão de aposentadorias, reformas e pensões; c) consistência dos controles internos administrativos relacionados à gestão de pessoas; d) tempestividade e qualidade dos registros pertinentes no sistema contábil e nos sistemas corporativos obrigatórios; e) qualidade do controle da unidade jurisdicionada para identificar e tratar as acumulações ilegais de cargos; f) ações e iniciativas da unidade jurisdicionada para a substituição de terceirizados irregulares, inclusive estágio e qualidade de execução do plano de substituição ajustado com o Ministério do Planejamento.	Janeiro a julho



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS**  
**SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA**

ÁREA/ATIVIDADE A SER AUDITADA	ÓRGÃO AUDITOR	TIPO DE AUDITORIA	PROCEDIMENTO DE AUDITORIA	OBJETIVO	PREVISÃO DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS
7. SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO					
7.1. Avaliação objetiva sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) do TREMG - Conteúdo do Relatório de Auditoria de Gestão contemplado no item 8, do Quadro I do Anexo IV à DN TCU n.º 132/2013.	SAUDI CCG	AOp	Utilização de papéis de trabalho de Auditoria específicos para análise dos procedimentos, mediante as técnicas: <ul style="list-style-type: none"><li>• exame físico;</li><li>• exame dos documentos originais;</li><li>• exame dos registros auxiliares;</li><li>• entrevista;</li><li>• correlação das informações obtidas;</li><li>• observação das atividades e condições;</li><li>• investigação minuciosa.</li></ul>	Avaliar objetivamente a gestão de tecnologia da informação, evidenciando a forma de condução da gestão da tecnologia da informação pelo TREMG, principalmente em relação à estrutura de governança e às estratégias de mitigação de riscos relacionados às atividades de TI.	Maio a setembro



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS**  
**SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA**

ÁREA/ATIVIDADE A SER AUDITADA	ÓRGÃO AUDITOR	TIPO DE AUDITORIA	PROCEDIMENTO DE AUDITORIA	OBJETIVO	PREVISÃO DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS
8. SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA					
8.1 Ação Coordenada de Auditoria – CNJ – (Tecnologia da Informação)	SACON/ SAUDI CCG	ARg AOp	Utilização de papéis de trabalho de Auditoria específicos para análise dos procedimentos, mediante as técnicas: <ul style="list-style-type: none"><li>• exame físico;</li><li>• exame dos documentos originais;</li><li>• exame dos registros auxiliares;</li><li>• entrevista;</li><li>• correlação das informações obtidas;</li><li>• observação das atividades e condições;</li><li>• investigação minuciosa.</li></ul>	Ação Coordenada de Auditoria na área de tecnologia da informação, com escopo no modelo de contratação e gestão de soluções de tecnologia da informação (planejamento da contratação, análise de viabilidade da contratação, sustentação do contrato, estratégia para a contratação e análise de riscos), instituído por meio da Resolução CNJ n.º 182/2013.	Junho a outubro





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS**  
**SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA**

ÁREA/ATIVIDADE A SER AUDITADA	ÓRGÃO AUDITOR	TIPO DE AUDITORIA	PROCEDIMENTO DE AUDITORIA	OBJETIVO	PREVISÃO DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS
9. TODAS AS SECRETARIAS					
9.1 Avaliação da estrutura de controles internos do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais – Conteúdo do Relatório de Auditoria de Gestão contemplado no item 11, do Quadro 1 do Anexo IV à DN TCU n.º 132/2013.	SAUDI CCG	AOp	Realização dos trabalhos mediante as técnicas: <ul style="list-style-type: none"><li>• análise documental;</li><li>• exame dos registros;</li><li>• entrevista;</li><li>• correlação das informações obtidas;</li><li>• observação das atividades e condições.</li></ul>	Avaliação da qualidade e suficiência dos controles internos administrativos instituídos pelo TREMG com vistas a garantir que seus objetivos estratégicos sejam atingidos, considerando os seguintes elementos do sistema de controles internos: a) Ambiente de controle; b) Avaliação de risco; c) Atividades de controle; d) Informação e Comunicação; e) Monitoramento.	Junho a setembro



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS**  
**SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA**

ÁREA/ATIVIDADE A SER AUDITADA	ÓRGÃO AUDITOR	TIPO DE AUDITORIA	PROCEDIMENTO DE AUDITORIA	OBJETIVO	PREVISÃO DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS
9.2 Continuidade e conclusão de monitoramento, iniciado em 2013, das recomendações feitas em Relatório de Auditoria (SADP 5.345/2010) relativas a aquisição de materiais para setores diversos do TREMG.	SAUDI CCG	AOp	Utilização de papéis de trabalho de Auditoria específicos para análise dos procedimentos, mediante as técnicas: <ul style="list-style-type: none"><li>• exame físico;</li><li>• exame dos documentos originais;</li><li>• exame dos registros auxiliares;</li><li>• conferência de cálculos;</li><li>• entrevista;</li><li>• correlação das informações obtidas;</li><li>• observação das atividades e condições;</li><li>• investigação minuciosa.</li></ul>	Verificar o cumprimento e implementação das recomendações feitas aos setores envolvidos em auditoria realizada, relativamente a avaliar a destinação e o uso de bens de qualquer natureza, tendo em vista os argumentos que justificaram sua aquisição durante os anos de 2005 e 2006.	Janeiro e fevereiro



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS**  
**SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA**

ÁREA/ATIVIDADE A SER AUDITADA	ÓRGÃO AUDITOR	TIPO DE AUDITORIA	PROCEDIMENTO DE AUDITORIA	OBJETIVO	PREVISÃO DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS
9.3 Monitoramento das recomendações feitas em Relatório de Auditoria (PAD 6007257/2011) relativas a aquisição de materiais para setores diversos do TREMG.	SAUDI CCG	AOp	Utilização de papéis de trabalho de Auditoria específicos para análise dos procedimentos, mediante as técnicas: <ul style="list-style-type: none"><li>• exame físico;</li><li>• exame dos documentos originais;</li><li>• exame dos registros auxiliares;</li><li>• conferência de cálculos;</li><li>• entrevista;</li><li>• correlação das informações obtidas;</li><li>• observação das atividades e condições;</li><li>• investigação minuciosa.</li></ul>	Verificar o cumprimento e implementação das recomendações feitas aos setores envolvidos em auditoria realizada, relativamente a avaliação da destinação e o uso de bens de qualquer natureza, tendo em vista os argumentos que justificaram sua aquisição durante os anos de 2000 e 2004.	Outubro a dezembro



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS**  
**SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA**

ÁREA/ATIVIDADE A SER AUDITADA	ÓRGÃO AUDITOR	TIPO DE AUDITORIA	PROCEDIMENTO DE AUDITORIA	OBJETIVO	PREVISÃO DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS
9.4 Monitoramento das recomendações feitas em Relatório de Auditoria (SADP 109.827/2011 e 115.749/2011) relativas a gestão da prestação de serviços postais de recebimento, coleta, transporte e entrega domiciliária de encomendas, cartas, telegramas, e outros serviços postais.	SAUDI CCG	AOp	Utilização de papéis de trabalho de auditoria específicos para análise dos procedimentos, mediante as técnicas: <ul style="list-style-type: none"><li>• inspeção física;</li><li>• exame documental;</li><li>• observação;</li><li>• conferência de cálculos;</li><li>• entrevista;</li><li>• circularização;</li><li>• conciliações;</li><li>• análise de contas contábeis;</li><li>• revisão analítica.</li></ul>	Verificar o cumprimento e implementação das recomendações feitas aos setores envolvidos em auditoria realizada, relativamente aos níveis de eficiência e controles internos dos setores envolvidos com a gestão da prestação de serviços postais contratados pelo Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais.	Outubro a dezembro



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

### SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

#### Notas de Esclarecimentos:

- No item 3.1, constante do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT, referente ao exercício de 2013, elaborado por este Órgão de Controle Interno, estava prevista a avaliação das contratações de telefonia, porém em virtude de o Sistema de Controle de Telefonia – módulo auditoria, não ter sido concluído até o momento, estando pendentes alguns acertos e posteriores testes, resta, assim, prejudicada a análise das prestações de contas das contratações de telefonia, motivo pelo qual para não haver interrupção dos trabalhos, optou-se por transferir a atividade para o PAINT/2014.
- No subitem 4.2 do PAINT 2013, elaborado por este Órgão de Controle Interno, estava prevista a realização de auditoria de Segurança da Informação que restou prejudicada em função das restrições em treinamentos ocorridas no decorrer do exercício.
- Também, no item 7.1 do PAINT 2013 estava prevista a realização de auditoria nos serviços continuados com cessão de mão de obra contratados por este Regional, após a vigência da Resolução TSE n.º 23.234/2010 e Resolução 98/2009 do CNJ. No entanto, em virtude da criação pela Casa de 02 (dois) grupos de estudos visando o atendimento por parte deste Regional das exigências previstas nas normas citadas anteriormente, no que diz respeito à adoção de Acordo de Nível de Serviços – ANS e da utilização da conta corrente vinculada nas contratações de serviços, a SACON considerou melhor aguardar o desfecho dos estudos, para então proceder à auditoria em questão, após definição dos procedimentos a serem seguidos nas contratações de serviços com cessão de mão de obra. Dessa forma, oportunamente, incluiremos o tema em nossos planejamentos de auditorias. Ressalte-se que as contratações de serviços com cessão de mão de obra são



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

### SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

analisadas pela SACON de modo contínuo, sendo verificada a regularidade da contratação, bem como da documentação trabalhista e previdenciária.

- Da mesma forma, o item 8.1 do PAINT/2013, que consistia na verificação da regularidade dos procedimentos de depreciação neste TREMG, não foi realizado por esta Seção, devido, em parte ao grande volume de análise dos processos que envolvem contratação de serviços com cessão de mão de obra, bem assim, de ter havido outras demandas que fizeram com que os trabalhos fossem adiados. Dessa forma, transferimos o tema mencionado para o PAINT/2014.
- Por fim registramos que o PAINT/2013 foi inicialmente sobrestado pela Diretoria-Geral, de forma que o planejamento foi objeto de revisão. A aprovação final do PAINT/2013 ocorreu no final de abril, o que ensejou atraso dos trabalhos a serem realizados, bem como a impossibilidade da execução do PAINT em sua integralidade. Somam-se a isso os fatores já explicitados nos itens anteriores.
- Calha esclarecer, ainda, que, no item 6.2 do PAINT/2013, havia previsão de realização da auditoria referente aos "ATOS DE REQUISIÇÃO DE PESSOAL EFETUADOS PELO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS – TRE/MG". Entretanto, devido ao sobrestamento do PAINT/2013 e em decorrência dos desdobramentos havidos na auditoria relacionada ao "AUXÍLIO-TRANSPORTE INTERMUNICIPAL", os quais exigiram a continuidade desses trabalhos (ainda não concluídos) no exercício de 2013, houve necessidade de se promover o adiamento da primeira auditoria citada, bem como a prorrogação da segunda, para o exercício de 2014.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS**  
**SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA**

- O presente Plano poderá sofrer alterações ao longo do exercício de 2014, caso seja apurada a necessidade de se efetuarem outras atividades de auditoria que se apresentem mais urgentes ou por solicitação da Alta Administração.
- Da mesma forma, os períodos previstos para realização das atividades poderão variar de acordo com o desenvolvimento dos trabalhos pelas equipes de auditoria.

**RENATA COUTO LESSA LIMA**  
Coordenadora de Controle de Gestão e Auditoria, em substituição